

## ■ Fuga como resistência: a pobreza criando excedentes

.....**Fabrcio Toledo de Souza**

O fluxo relativamente recente de imigrantes angolanos e congolese para o Brasil, em especial para o Rio de Janeiro, apresenta questões particulares em comparação com outros movimentos migratórios que povoaram e marcaram o país, tanto pelas evidentes mudanças no contexto interno, quanto pelas singularidades que caracterizam hoje o capitalismo mundial contemporâneo, marcado pela extrema mobilidade e por seu caráter cada vez mais “imaterial”.

Se é verdade que a crescente “precarização” das condições de trabalho é uma das principais e mais nocivas características do capitalismo contemporâneo – que apesar da recente crise, ainda está por se livrar da violência neoliberal – por outro lado a chegada dos imigrantes angolanos e congolese aponta para as lutas que resistem à exploração do trabalho.

Evidentemente que não é sem custos e sem derrotas que se produz resistência, mas, no regime imaterial e biopolítico do capitalismo, em que a vida e as relações – sociais, afetivas e comunicativas – constituem o objeto do poder, é possível opor uma recusa que tem força “constituente”, e que é capaz de produzir excedentes e também mais democracia.

E se o capitalismo típico da era moderna desprezava a cultura e tudo o que pertencia à dimensão imaterial, a não ser quando podia ser diretamente convertido em acumulação, no capitalismo imaterial é a própria “cultura” que se consome, porque, mais do que “ter” é a aparência que determina o “valor”. Consumir cultura e conhecimento é o novo modo de constituir distinção social.

Neste contexto, os pobres, incluindo os migrantes que fogem da pobreza em qualquer lugar do mundo, não estão fora da produção. Eles não são apenas consumidores de cultura, mas também são divulgadores e, principalmente, produtores. As grandes expressões culturais brasileiras, especialmente no campo da música, têm sua origem na pobreza. Tanto isso é verdade que importantes nomes da contracultura brasileira fixaram os seus olhos – quando não os próprios pés - nos morros e favelas do Rio de Janeiro, interessados na revolução criativa que ocorria naqueles tempos. E nas décadas seguintes os pobres continuaram a criar cultura, incluindo não apenas música, mas também literatura, dança, moda, etc.

## Fluxos migratórios, cultura e riqueza

As músicas que retratam a sofrida vida nos morros do Rio de Janeiro e na periferia de São Paulo atravessaram os muros dos “guetos” e chegaram aos ouvidos – e bolsos – dos jovens das classes mais altas. Há muito tempo que tocar *funk* ou *rap* nas badaladas casas noturnas da zona sul do Rio de Janeiro ou de São Paulo deixou de ser estranho ou simplesmente exótico. E tão rapidamente elas ganham novos territórios, outras tendências são produzidas, a partir de mixagens ainda mais inusitadas, como o que hoje vem acontecendo, por exemplo, com o chamado *kuduro*, ritmo trazido pelos imigrantes angolanos que chegaram ao Brasil nos anos 1990.

Conhecido por suas batidas rápidas, o *kuduro* nasceu na periferia da capital Luanda e tornou-se sucesso em casas noturnas de São Paulo, Rio de Janeiro e Salvador. Mistura de elementos da música tradicional africana, como *afro zouk*, com *hip hop*, *techno* ou *house music*, tem letras com temas simples e bem-humorados, quase sempre baseadas nas experiências dos pobres que vivem nos guetos angolanos. Há quem diga que no Rio de Janeiro já existam músicas que misturam o *kuduro* com o *funk*, incluindo palavras de um dialeto angolano<sup>49</sup>.

De certa forma, a disseminação do *kuduro* no Brasil equilibra a “balança cultural” entre os dois países, já que por muito tempo os angolanos consomem produtos culturais brasileiros aos montes, desde música até novelas. Não é por outra razão que os angolanos deram o nome de “Roque Santeiro” a um dos principais mercados ao ar livre do país.

O intercâmbio imaterial, baseado na troca mútua de música e outras referências culturais, acompanha as transações materiais e concretas. Muitos angolanos garantem seu sustento graças principalmente ao comércio informal de roupas, que eles chamam de *mukunza*. Em São Paulo, as sacoleiras angolanas são vistas principalmente nas ruas do centro da cidade, próximos aos pequenos hotéis. No Rio de Janeiro – cidade que tem a preferência dos angolanos – os “comerciantes” saem do Complexo da Maré em direção ao aeroporto internacional toda semana, no dia em que há vôo de Angola.

De acordo com entrevistas e pesquisas feitas por Regina Petrus Tannueri<sup>50</sup>, a “*mukunza*” chega a movimentar, por mês, 35 toneladas de mercadorias

49 Cf. texto publicado no blog da “Comunidade Anjo-Congolesa no Brasil”, disponível em [http://cacbbr.blogspot.com/2010\\_01\\_01\\_archive.html](http://cacbbr.blogspot.com/2010_01_01_archive.html).

50 Pesquisadora e professora de Geografia da Universidade Federal do Rio de Janeiro. TANNURI, M. R. P. . Jovens imigrantes angolanos no Rio de Janeiro: imagens, relatos e diálogos. *Revista Travessia*, São Paulo, v. XII, n. 37, p. 17-24, 2001.

entre Rio de Janeiro e Luanda. Alguns destes “comerciantes” conseguem levantar até R\$ 3 mil por mês, muito mais do que ganhariam em trabalhos tradicionais com “carteira assinada” (MONTEIRO FILHO, 2005). Segundo Tannueri, às vezes eles acabam aceitando os piores e mais pesados serviços na construção civil a fim de levantar dinheiro para a “mukunza”.

### **Imigrantes e refugiados**

Não se sabe ao certo o número de angolanos circulando pelo país, mas estima-se entre 10 a 15 mil. Oficialmente, de acordo com a Divisão de Cadastro e Registro de Estrangeiros da Polícia Federal, há cerca de cinco mil imigrantes angolanos vivendo no Brasil, sendo que por volta de 2.700 moram no Rio de Janeiro, a maior parte deles no Complexo da Maré. O êxodo angolano ocorreu principalmente no decorrer dos anos 90, no auge da guerra em Angola.

Além dos que migraram voluntariamente para o Brasil, há ainda os refugiados, que hoje são por volta de 1,6 mil. Os angolanos são a maioria entre os refugiados no Brasil, que, ao todo, somam pouco mais de 4 mil pessoas, de aproximadamente 70 nacionalidades diferentes. De acordo com dados do Comitê Nacional para Refugiados (Conare), entre 1992 e 93, ocorreu o pico histórico de refugiados angolanos. Se antes não havia registro de refugiados angolanos no Brasil, em 1994 eles já chegavam a cerca de 800.

A guerra civil em Angola expulsou cerca de 600 mil pessoas para diversos países, como a República Democrática do Congo (na época, Zaire), além de Portugal e Brasil, que foi a primeira nação a reconhecer a independência angolana. A luta pela independência marcou o início da violência, mas ela atingiria o seu auge nos anos que sucederam a vitória. Vencido o combate contra os colonizadores, a paz prometida teve que ser adiada por causa de uma disputa interna por poder, insuflada pela “Guerra Fria”. A violência só terminou oficialmente em fevereiro de 2002, com o saldo estimado de 500 mil a um milhão de mortos, além de 200 mil feridos gravemente. É o país com o maior número de mutilados por guerra no mundo.

Nos anos 80, portanto, já começavam a chegar ao Brasil os primeiros fluxos de angolanos. Eram estudantes, filhos de funcionários dos principais escalões do governo. E somente a partir dos anos 90 é que os jovens das camadas mais pobres começam a fugir para o Brasil, por causa do agravamento da violência. Eles fugiam do país para escapar dos recrutamentos forçados feitos pelo Exército angolano (TEOPHILO, 2001). Parecida com as “batidas policiais”, a prática do

Exército consistia em entrar nas favelas e escolher os jovens mais encorpados, independentemente da idade.

Os angolanos, tanto os refugiados como os imigrantes, documentados e “indocumentados”, fixaram-se nas comunidades de Vila do João e Vila Pinheiros, duas das muitas comunidades do Complexo da Maré. Classificado como bairro pela Prefeitura, o complexo da Maré é o local com a maior concentração de população de baixa renda do município do Rio de Janeiro. É uma área maior do que a Rocinha, o complexo do Alemão, a Mangueira, a Cidade de Deus ou Vigário Geral.

Apresenta os mais baixos indicadores sociais, ocupando a terceira pior posição (129º lugar) na classificação de Índice de Desenvolvimento Humano (IDH)<sup>51</sup>. Composto por 16 comunidades, contém uma população de aproximadamente 132 mil habitantes, com destaque para o alto número de migrantes nordestinos e afro-descendentes (65% dos habitantes). Sua população encontra-se envolvida, sobretudo, com o mercado informal de trabalho e em atividades autônomas, sendo que boa parte das famílias residentes são chefiadas por mulheres.

### **Pobreza, migração e violência**

Lugares como a Maré ganham as manchetes dos jornais por causa dos crimes e da violência, apresentados nos jornais na forma de simples banalidade. Recentemente, um tiroteio entre policiais e traficantes deixou duas pessoas mortas e quatro feridas, dentre elas uma criança de cinco anos. Por causa da suspeita de “abusos”, os policiais militares que participaram do tiroteio foram afastados do trabalho até a conclusão das investigações<sup>52</sup>.

Os angolanos juntaram-se à maré de antigos migrantes, aqueles que fugiram das senzalas, das zonas rurais, das secas ou da miséria extrema. Hoje “assimilados” no país, assistem a chegada dos congolezes. Nos últimos três anos, pelo menos 400 congolezes conseguiram reconhecimento como refugiado no Brasil, a maioria deles no Rio de Janeiro, cidade que tem a preferência da comunidade congoleza<sup>53</sup>. É um número pequeno se comparado ao número de angolanos no Brasil,

---

51 Dados obtidos no site da ONG Ação Comunitária do Brasil – Rio de Janeiro, com base no Censo Maré 2000, do Centro de Estudos e Ações Solidárias da Maré. Informações disponíveis em <http://www.acaocomunitaria.org.br/institucional/apresentacao.asp>

52 “Dois mortos e quatro feridos na Maré”. *O Globo*, 11/06/2010.

53 Informações e dados observados pelo autor do presente texto no cotidiano de seu trabalho no Setor de Atendimento a Refugiados da Cáritas Arquidiocesana do Rio de Janeiro, onde atua desde janeiro de 2008.

e é insignificante se comparado com a quantidade de congoleses que procurou segurança nos países vizinhos. Só em Angola há 12 mil congoleses com estatuto de refugiado.

O país de onde vêm, a República Democrática do Congo, está na lista dos países de onde mais saíram refugiados no ano de 2009. Perde para o Afeganistão, Iraque e Somália, contabilizando 455 mil pessoas que fogem de uma guerra na qual morreram mais de 4 milhões de civis desde 1998. Uma ex-colônia belga, depois renomeada Zaire, vive há décadas sob intermitentes conflitos, cujo ápice ocorreu entre 1998 e 2003. Foram 3,5 milhões de mortos, o maior número de vítimas fatais desde a Segunda Grande Guerra.

Em geral, os congoleses que chegam são homens e mulheres muito jovens, às vezes trazendo crianças pequenas. Muitos viviam do comércio ambulante, levando e trazendo mercadorias entre várias cidades. Poucos têm formação escolar equivalente ao ensino médio e não deve haver mais de cinco com formação superior. Falam pouco o francês – língua oficial do país – e mesmo aqueles que aprenderam o português com angolanos – quando as fronteiras dos países se misturaram graças à troca de alguns milhares de refugiados – se recusam a falar a não ser por meio de seu dialeto: Lingala, Suaíli, Kikongo, etc. É difícil entender as histórias de violência que contam – que são muitas – assim como é difícil compreender de onde tiraram forças para viajar para um lugar tão distante.

### **Violência e produção**

A guerra parece não ter terminado para o angolano que vive na Maré e parece ainda perseguir o congolês recém chegado. As formas mais brutais e arcaicas de violência ainda cruzam o caminho dos migrantes (africanos, nordestinos, negros descendentes de escravos, etc) no Rio de Janeiro. Para muitos, o fato de os migrantes estarem fora do mercado formal de trabalho, fora de seu território e aquém de uma cidadania integral, faz deles a “subclasse” ou a “classe além das classes”, de que fala Bauman (1998): a classe que perdeu a flexibilidade e que nem mesmo serve mais como exército de reserva de mão-de-obra, ou “a população redundante”.

No entanto, mesmo para estes que foram obrigados a migrar, não há como negar a potência afirmativa de sua fuga. Em paralelo à condição negativa dos movimentos migratórios, caracterizada pela fuga da violência, fome e privação, existe o “desejo positivo de riqueza, paz e liberdade”. Como dizem Michael Hardt e Antonio Negri (2005), o caráter ao mesmo tempo negativo e positivo da migração, a recusa e o desejo, apresenta uma força extraordinária, porque, como

ele sustenta, fugir de uma vida de constante insegurança e imobilidade forçada é uma boa maneira de se preparar para enfrentar e resistir às formas típicas de exploração do trabalho imaterial. Afirmam eles:

*Sua mobilidade e sua partilha são uma ameaça constante de desestabilização das hierarquias e divisões globais de que depende o poder capitalista global. Eles se esquivam pelas barreiras e cavam túneis que enfraquecem as muralhas. Além disso, essas classes perigosas estão permanentemente perturbando a constituição ontológica do Império; em cada interseção de linhas de criatividade ou de fuga, as subjetividades sociais tornam-se mais híbridas, misturadas e miscigenadas, escapando ainda mais aos poderes fusionais de controle. Elas deixam de ser identidades, tornando-se singularidades.*

A fuga pode ser apreendida como uma recusa, próxima talvez àquela estranha recusa protagonizada pelo escriturário Bartleby – que a toda ordem diz “Eu preferia não” – do conto de Melville: o homem cuja particularidade é não ter particularidade nenhuma; o homem qualquer, sem essência e que se recusa a se fixar em uma personalidade estável (PELBART, 2003).

Ainda que se dê por uma maneira solitária e negativa, como faz Bartleby, a recusa em continuar vivendo a miséria e a violência é o começo de toda política de liberação (PELBART, 2002). E é desta recusa que se verá brotar a centelha daquela “*uma vida*” descrita por Deleuze. Talvez por se tratar de uma vida que não “carece de nada, que goza de si mesma, em sua plena potência” – vida absolutamente imanente – é que neles pode se expressar uma vida “singular, impessoal, neutra, não atribuível a um sujeito e situada para além do bem e mal (PELBART, 2003).

No mesmo domínio sobre o qual incide o poder biopolítico, ou seja, a vida reduzida à vida nua (AGAMBEN, 2002), é lá também que se encontra “*uma vida*”: “puro acontecimento, impessoal, singular, neutro, para além do bem e do mal, uma ‘espécie de beatitude’”. Mesmo para aqueles que vêem no migrante apenas a marca da subjugação, não lhes será possível negar as aberturas que a recusa – à violência, às fronteiras, ao emprego – e o êxodo promovem.

Uma recusa que os lança diretamente na vanguarda das novas formas de produção do capitalismo contemporâneo, em que o trabalho vai se tornando cada vez mais imaterial, comunicativo e afetivo (COCCO, 2009). Mais do que trocas e acúmulos materiais e financeiros, é o excedente, desmedido e relacional, que caracteriza a produção de que são capazes os migrantes. O excedente que não

corresponde mais ao mel produzido pelas abelhas operárias humanas, mas à circulação infinitamente mais produtiva de polinização das relações sociais (idem).

Se os pobres, os migrantes e refugiados fossem apenas vítimas passivas da injustiça, da opressão e da exploração, não seriam considerados entre as “classes perigosas”. O perigo reside justamente no seu papel ativo na produção biopolítica, ao lado dos trabalhadores imateriais e industriais, dos trabalhadores agrícolas e dos migrantes. Representam uma constante ameaça de desestabilização das hierarquias e divisões globais do qual o poder capitalista global depende. São os “bárbaros” permanentemente perturbando a constituição ontológica do poder: em cada interseção de linhas de criatividade ou de fuga, as subjetividades sociais tornam-se mais híbridas, misturadas e miscigenadas, escapando ainda mais aos poderes fusionais de controle (HARDT, 2005).

A luta dos pobres contra as condições de pobreza em que vivem não são apenas uma forma poderosa de protesto, mas também são afirmações do poder biopolítico. Como demonstram Hardt e Negri, trata-se da revelação de um “ser” que é mais poderoso que o miserável “ter” (idem). E na medida em que a produção social define-se cada vez mais por formas imateriais de trabalho, como a cooperação ou a construção de relações sociais e redes de comunicação, torna-se cada vez mais diretamente produtiva a atividade de todos na sociedade, inclusive os pobres (idem).

### **Comunidades em êxodo**

A fuga traz em si a positividade do desejo por uma comunidade, mas a comunidade formada por “indivíduos anarquistas no seio da imigração universal”. Como diz Pelbart a respeito de Bartleby, diferentemente do burocrata servil (que compõe a massa nazista, por exemplo), no homem comum, sem particularidade nenhuma, se expressa algo mais do que um anonimato inexpressivo: o apelo por uma nova comunidade, não aquela baseada na “hierarquia, no paternalismo, na compaixão, como seu patrão gostaria de lhe oferecer, mas uma sociedade de irmãos, a comunidade dos celibatários: nem individualismo nem comunialismo” (PELBART, 2003).

Tal comunidade só pode ser feita pela recusa à identidade. É a única forma de resistir àquelas instâncias que querem expropriar o “comum”, que o querem transcendentalizar. E somente o desejo pode mover os homens na constituição desta comunidade. Como diz Negri: “o desejo de comunidade é o espectro e a alma do poder constituinte – desejo de uma comunidade tão real quanto ausente, trama e modelo de um movimento cuja determinação essencial é a exigência

de ser, repetida, premente, surgida de uma ausência?” (NEGRI, apud PELBART, 2003).

Mas para que serviria tal comunidade? Como explica Pelbart, para nada! E assim talvez ela comece a tornar-se soberana. Contra a soberania do Estado, que delimita as fronteiras, os fluxos de produção, os modos de vida – e de morte – a soberania da não-servidão involuntária. Como diz Pelbart:

*O que é soberano, rigorosamente falando? É aquilo que existe soberanamente independente de qualquer utilidade, de qualquer serventia, de qualquer necessidade, de qualquer finalidade. Soberano é o que não serve para nada, que não é finalizável por uma lógica produtiva. Até literalmente, o soberano é aquele que vive do excedente extorquido aos outros, e cuja existência se abre sem limites, além de sua própria morte. O soberano é o oposto do escravo, do servil, do assujeitado, seja à necessidade ao trabalho, à produção, ao acúmulo, aos limites ou à própria morte. O soberano dispõe livremente do tempo e do mundo, dos recursos do mundo. É aquele cujo presente não está subordinado ao futuro, em que o instante brilha autonomamente. Aquele que vive soberanamente, se o pensarmos radicalmente, vive e morre do mesmo modo que o animal, ou um deus.*

Recusando a soberania do Estado, em sua guerra para assujeitar os súditos, as comunidades em êxodo produzem soberanamente a vida.

## Referências

- AGAMBEN, Giorgio. *Homo Sacer: o poder soberano e a vida nua*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2002.
- BAUMAN, Zygmunt. *O Mal-estar da pós-modernidade*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1998.
- COCCO, Giuseppe. *MundoBraz: o devir-mundo do Brasil e devir-Brasil do mundo*. Rio de Janeiro: Record, 2009.
- HARDT, Michel; NEGRI, Antonio. *Multidão. Guerra e democracia na era do Império*. Rio de Janeiro: Record, 2005.
- MONTEIRO FILHO, Maurício. “Angolanos que fugiram da guerra enfrentam fogo cruzado”, 2005, *Revista Brasileiros*, n. 370, disponível em [http://www.sescsp.org.br/sesc/revistas\\_sesc/pb/artigo](http://www.sescsp.org.br/sesc/revistas_sesc/pb/artigo).
- NEGRI, Antonio. *O poder constituinte: ensaio sobre as alternativas da modernidade*. Rio de Janeiro: DP&A, 2002. Citado por PELBART, Peter Pál. *Vida Capital Ensaios de biopolítica*. São Paulo: Iluminuras, 2003.



PELBART, Peter Pál. *Vida Capital Ensaios de biopolítica*. São Paulo: Iluminuras, 2003.

\_\_\_\_\_. A comunidade dos sem comunidade. In: PACHECO, Anelise; COCCO, Giuseppe; VAZ, Paulo (Org.). *O Trabalho da Multidão*. Rio de Janeiro: Museu da República, 2002.

TANNURI, M. R. P. Jovens imigrantes angolanos no Rio de Janeiro: imagens, relatos e diálogos. *Revista Travessia*, São Paulo, v. XII, n. 37, p. 17-24, 2001.

THEOPHILO, JAN. “Pobres e ‘angolas’”, 2001. Matéria disponível no site do *Centro de Mídia Independente*, disponível em <http://www.midiaindependente.org/pt/red/2001/10/9119.shtml>.

■.....**Fabrício de Toledo** é advogado, trabalha atualmente no atendimento a refugiados, no convênio da Cáritas Arquidiocesana do Rio de Janeiro com o ACNUR – Alto Comissariado das Nações Unidas para os Refugiados. Faz mestrado em Comunicação na ECO UFRJ.





## Arte, Mídia e Cultura

---

